



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

(Des)caminhos na jornada de afirmação de gênero: itinerários trans em tempos de COVID-19

Ricardo Alecsander de Queiroz Oliveira^I
Antônio Manoel Elíbio Júnior^{II}

Resumo: A habitação existencial em um território produz e é alvo de saberes que por ele circulam. Nesse sentido, é inevitável que, estando imerso em determinado espaço, este logo se torne território, dada a sua riqueza e multiplicidade de significantes e transeuntes, que por sua vez, representam diversas possibilidades de sentido, práticas e lógicas que sustentam aquele. É a partir desse pressuposto que propomos discutir fragmentos de itinerários trans em tempos de COVID-19, seja nos equipamentos públicos de saúde ou fora dele. De sorte que, abordaremos um pouco sobre essas vivências a partir de itinerários dentro do que se convencionou chamar “Processo Transexualizador”, parte de uma política pública de saúde presente no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, nos apoiamos na proposta metodológica do diário de pesquisa na perspectiva do Barbosa e Hess que se assenta na ideia de uma autoria cidadã no sentido de que os escritos não são meras descrições da realidade experienciada mas são elaborações do sujeito frente às dinâmicas que estão diante de si, sob o contorno de “Uma aprendizagem implicada, uma forma de ser e de se expressar com sentido e significado”, que no presente estudo, traz a possibilidade de evidenciar e valorizar descrições da realidade de quem nunca pôde ser ouvido e de quem sempre teve seu discurso modelado pelo outro. Ou dito de outra forma, aqui temos descrições e narrativas acerca do processo de afirmação de gênero em serviços de saúde especializados a partir da experiência do pesquisador que também é usuário, e como tal circula por entre as recepções, corredores, salas de atendimento médico, reuniões, etc. Ademais, também está fundamentado na perspectiva de Spink do pesquisador conversador, que desloca a posição deste e o compreende como mais um membro de determinada comunidade, que experiencia o cotidiano assim como as demais pessoas circundantes e que dela pode falar, pois tudo o que temos são pequenas sequências de eventos que formam nossa realidade, e que assim, para além de fazermos parte, podemos arguir sobre elas no intuito de criar novas. Diante do exposto, fica nítido que se tratando das corporalidades trans há uma disputa de narrativa e controle sobre esses corpos, (im)possibilitando sua existência no mundo social.

Palavras-chave: Pessoas Trans; Processo Transexualizador; Políticas Públicas.

(Des)caminhos en el viaje de afirmación de género: itinerarios trans en tiempos de COVID-19

Resumen: El habitar existencial en un territorio produce y es objeto de saberes que circulan por él. En este sentido, es inevitable que, al estar inmerso en un determinado espacio, este pronto se convierta en territorio, dada su riqueza y multiplicidad de significantes y transeúntes, que, a su vez, representan distintas posibilidades de sentido, prácticas y lógicas que lo sustentan. . Es a partir de este supuesto que proponemos discutir fragmentos de itinerarios de tránsito en tiempos de

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

COVID-19, ya sea en establecimientos públicos de salud o fuera de él. En consecuencia, discutiremos un poco sobre estas experiencias a partir de itinerarios dentro de lo que convencionalmente se denomina “Proceso de Transexualización”, parte de una política de salud pública presente en el Sistema Único de Salud (SUS). En este sentido, nos apoyamos en la propuesta metodológica de diario de investigación desde la perspectiva de Barbosa y Hess que parte de la idea de un paternidad literaria ciudadano en el sentido de que los escritos no son meras descripciones de la realidad vivida sino elaboraciones del sujeto frente a las dinámicas que se le presentan, bajo el esquema de “Un aprendizaje implícito, una forma de ser y de expresarse con sentido y significado”. , que en el presente estudio, trae la posibilidad de resaltar y valorar descripciones de la realidad de aquellos que nunca pudieron ser escuchados y que siempre han tenido su discurso modelado por el otro, es decir, aquí tenemos descripciones y narraciones sobre el proceso de afirmación de género en los servicios de salud especializados a partir de la experiencia de la investigadora que también es usuaria, y como tal circula por recepciones, pasillos, salas de atención médica, reuniones, etc. Además, también se basa en la perspectiva de Spink de lo conversacional. investigador, que cambia de posición y lo entiende como un miembro más de una determinada comunidad, que experimenta cotidianidad así como el resto de personas de nuestro entorno que pueden hablar de ella, porque lo único que tenemos son pequeñas secuencias de hechos que forman nuestra realidad, y que, además de formar parte de ella, podemos argumentar sobre ellos para crear nuevos unos. En vista de lo anterior, es claro que cuando se trata de las corporalidades trans, existe una disputa por la narrativa y el control sobre estos cuerpos, (im)posibilitando su existencia en el mundo social.

Palabras clave: Personas trans; Proceso de Transexualización; Políticas públicas.

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

Considerações Iniciais

A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2, foi reconhecida como a pandemia COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e teve reconhecido o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional no dia 05 de Maio de 2023^{III}. Durante este período a pandemia causou irreversíveis alterações na dinâmica social, política e econômica no mundo inteiro, requerendo em todas as esferas sociais, em nível coletivo e individual, estratégias de enfrentamento para superar tal cenário.

Paralelo ao enfrentamento à pandemia, em nossa nação, pôs-se em evidência um governo de extrema-direita, comandado por um líder populista, que reiteradamente atuou em confronto direto com a defesa da vida e dos dispositivos concernentes a uma democracia, o que aprofundou os impactos causados por ela. Em suas declarações públicas à imprensa fica exposto um modo de agir que se baseia numa espécie de “omissão estatal”, na qual, por trás, aparece seu projeto higienista-eugenista e genocida. Em uma de suas falas, por exemplo, houve um descaso com relação às mortes: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”^{IV}. E em diversos outros momentos foram utilizadas estratégias de desinformação, de negacionismo e de descompromisso com a transparência e a verdade. Tal desprezo pela saúde resultou na ocupação do Brasil ao segundo país do mundo com mais mortes de COVID-19^V.

Como bem destaca Silva^{VI} sobre este recente cenário político brasileiro “num país de passado escravista, onde o pelourinho ainda é visível em várias cidades, vilas e fazendas, a ideia de um “corretivo” contra os grupos subalternos é, em amplos seguimentos, bastante popular, explicando em parte a ascensão da Ultradireita nas eleições de 2018.”

Segundo dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas Social (FGV), o Brasil sofreu maior impacto social nas esferas de saúde, educação e meio ambiente em razão da má administração Federal. Nesse ínterim pandêmico, as pessoas mais pobres foram as mais afetadas pela crise sanitária, tendo impacto na renda de -21,5% contra -7,16% entre os 10% mais ricos e a classe média com queda de 8,96%. Ademais, a população nordestina foi um dos grupos mais impactados em perda de renda se compararmos com a população geral (-11,4% de perda de renda contra -8,86% do Sul, por exemplo)^{VI}

Dessa forma, o aumento do desemprego, pessoas sem perspectiva de se inserirem novamente no mercado de trabalho durante o período da COVID-19, somados com outros fatores causadores de diminuição de renda, como redução da jornada de trabalho evidenciam que o cenário de desigualdade e pobreza no país intensificou-se dentro de um contexto político marcado por um projeto eugenista e de extermínio das populações mais vulneráveis^{VII}

Entre as pessoas mais afetadas encontra-se a população LGBTQ+^{VIII}, em especial as pessoas trans, que em sua maioria já conhecem o que é “viver em pandemia”. Isso ocorre porque, para se proteger, essas pessoas buscam evitar o convívio social, tendo, portanto, seus direitos de ir e vir cerceados em diversas esferas sociais, principalmente no mercado de trabalho formal, ou em instituições educacionais, restando muitas vezes escassos vínculos de relação social e as ruas e becos como o único espaço tolerado pela sociedade para uma existência permeada pela possibilidade de deslumbramento do outro a partir da prostituição, mas ainda assim passível de toda sorte de violência e violação. Essas pessoas, pois, vivem diante de uma cultura dominante que já promove o apagamento e silenciamento, que exclui este grupo da vida em sociedade em suas diversas esferas, quais sejam, mercado de trabalho, educação, saúde, lazer, etc.; em uma reiteração do histórico de violências, morte e violação de direitos. A chegada da pandemia de

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

COVID-19 se torna o agravamento de um quadro de isolamento social e de falta de direitos que já é realidade para este grupo.

Nessa lógica de enfrentamento à pandemia orquestrada pelo governo federal, passamos a vivenciar, agora num contexto de crise sanitária, o que Achille Mbembe^{XIX} encara como necropolítica. Neste cenário há, deliberadamente, uma política de morte em que a soberania do Estado decide quem pode continuar vivendo e quem vai morrer. Neste contexto evidencia-se que as vidas trans possuem maior vulnerabilidade quando comparadas com a população geral, consideradas por Judith Butler^X como vidas precárias, uma vez que esses corpos são subjugados ao controle social por meio dessa instrumentalização implementada. Assim, Santos, Oliveira e Oliveira-Cardoso^{XI} corroboram com essa compreensão de processo de eliminação dos corpos trans trazendo o seguinte pensamento acerca da realidade brasileira atual:

Na concepção proposta pelo filósofo camaronês Mbembe, necropolítica é um conceito que define como governos autocraticamente decidem quem viverá e quem morrerá e de que maneira viverão e morrerão. Na sociedade contemporânea, vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” e as relações de poder se materializam pela expressão da morte. É sob esse enquadramento ético-político que devemos dissecar a conduta do presidente e sua fábrica de mortos. O cenário caótico sugere que o “projeto” do governo Bolsonaro de gestão ruinosa da pandemia é um esquema arditosamente programado para instrumentalizar o vírus e colocar seu poder destrutivo e mortífero a serviço da imolação/eliminação sumária dos mais vulneráveis.

Assim como o pensamento de Mbembe é eficaz para entender a gestão necropolítica da pandemia à brasileira, o conceito de biopoder-biopolítica desenvolvido por Michel Foucault também se coloca como pertinente e atual no entendimento do controle social que se faz dos corpos trans, uma vez que o Estado e as políticas de saúde, por exemplo, determinam de que forma esses sujeitos vão se encaixar (ou não) na ordem social estabelecida. A partir da disciplina e biopolítica, os corpos trans, a nível individual e também pensados como população, são normalizados e regulados por sistemas de controle micro e macro^{XII}

Para além desse contexto político e social do tempo presente é necessário entender que historicamente, a transgeneridade e a transexualidade passaram pelo campo da doença, do crime, e hoje pelo campo da cidadania, dos estudos de gênero e como identidade a ser reconhecida. Definir o que é transexualidade é falar sobre os entendimentos de gênero presentes na sociedade, pois cada uma vai lidar com os corpos e performances sociais de maneira peculiar. Desse modo, Berenice Bento coloca que “A transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos ‘normais/anormais’ e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais”^{XIII}

Ela defende que para entender esse fenômeno é necessário voltarmos à compreensão de corpo que se tinha no século XVII, a partir da interpretação do isomorfismo dada para eles, em que não havia diferenciações entre si, sendo um corpo e pelo menos dois gêneros distintos, ou seja, homem e mulher. Só então, a partir dos séculos XVIII e XIX, se tornou importante no campo da política estabelecer distinções entre os corpos sexuais, destacando as diferenças anatômicas e fisiológicas por meio do discurso científico^{XIV}

Desse modo, as ciências e saberes psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) corroboraram através de seus saberes-poder com a nova convenção social que se estabelecia, baseada no

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

dimorfismo, marcada pelas fronteiras do que é ser homem e mulher para nomear também as pessoas que borravam com essa matriz de gênero. Como bem coloca Foucault^{XV} “Vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos”.

A partir daí surgiu o termo transexualismo, criado pelo médico Harry Benjamin (1953), considerado pai da transexualidade, que após se aposentar se lançou a estudar o fenômeno da transexualidade como distúrbio psicológico, pelo viés psiquiátrico em que a pessoa transexual teria uma psicose com o delírio de pertencer ao gênero oposto, rejeitando a realidade de seu próprio corpo, especialmente a genitália, requerendo assim cirurgias corretivas^{XVI}

Em 1969, a sua associação realizou o primeiro congresso em Londres, foi se consolidando como referência para o tratamento de pessoas transexuais, sendo cunhado em 1973 o termo disforia de gênero por John Money e Fisk e em 1977 a associação alterou o nome para *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* (HIBGDA)^{XVII}. Até hoje, tanto as pessoas trans como os profissionais que lidam com elas usam esse termo para designar o desconforto psíquico com caracteres físicos ou marcas de gênero que remetem ao gênero que foi atribuído ao nascer.

Embora não se deva reduzir o que é uma pessoa trans, para fins de entendimento inicial é pertinente colocar que partindo da regra vigente de gênero em que se nasce fêmea e definem esse corpo sendo de mulher e que quando se nasce macho se define que ele será homem e sendo ainda a transgeneridade/transsexualidade como ruptura com as normas de gênero atuais, pode-se entender que uma pessoa trans não se sente pertencente ao sexo/gênero assignado em seu nascimento, assim têm-se corpos fêmeas que se reconhecem como homens, corpos machos que definem-se como mulheres e assim sucessivamente, pois não há somente uma forma única de ser trans.

Abordar sobre a sexualidade humana não é uma tarefa fácil, pois ela traz consigo uma multiplicidade de manifestações e de certo modo quando se define algo ou alguém está o limitando, parafraseando Rotterdam^{XVIII}, tendo em vista que as construções identitárias são plurais e densas. Nesse sentido, em sua tese de doutorado Mello Neto^{XIX} traz que gênero é uma construção erigida sobre crenças, normas, hábitos, valores, práticas e atitudes, onde a diferença biológica entre homens e mulheres é hierarquizada, sendo-lhe atribuído um significado cultural. Por vezes, ele se revela dissonante daquele convencionalmente atribuído ao sexo biológico, e aponta à direção das transformações corporais.

Nosso entendimento aqui é de que a genitália não define o gênero^{XX}, tal metonímia (a parte = genitália pelo todo = corpo) nos leva a uma perspectiva cruel e reducionista quanto ao entendimento dos corpos. Defendemos então outra compreensão para o corpo, a de que o ser só existe na medida em que se evidencia em relação com outros “ser aí” (ou *Dasein* para Heidegger^{XXI}) ou também manifestando-se de uma ou de outra maneira, ele necessariamente precisa revelar-se para constituir seu ser. Ou dito de outra forma, é lançando-se no mundo que o ser aí ganha “corpo” e assume a totalidade de sua natureza, assim constituindo-se como veículo de comunicação, que por sua vez se afasta da ideia de “corpo = objeto a ser possuído”.

Para o presente estudo, pessoas trans serão entendidas como aquelas discordam com a identidade que receberam ao adentrar ao campo material e social da vida, e reivindicaram para si seu próprio gênero, podendo se nomear como homens e mulheres trans, travestis, transmasculinos, etc, e que possuem menor ou maior grau de disforia, necessitando para isto de acompanhamento multidisciplinar para realizar a afirmação social/corporal de gênero por meio de dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS), como por exemplo, o Ambulatório TT. E que aqui será explorado

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

por meio de fragmentos de experiências no tempo do COVID-19 , entre os anos 2020 até início de 2023.

Fragmentos de itinerários trans em meio à COVID-19

Acordei cedo para ir ao Ambulatório, tive sono leve, estou me sentindo ansioso, pois sair de casa agora em meio à pandemia se tornou um risco, um pânico generalizado. Normalizado. Não é pra menos, assistimos em toda mídia relatos da doença e seus impactos na saúde das pessoas. Nem sei se conseguirei marcar consulta, talvez eu consiga atualizar minha receita (para hormônios). Saí de casa, pouca gente na rua, mas até muitas no ônibus, na medida do possível todas evitam contato próximo. Chego ao Hospital. Também encontro poucas pessoas circulando. Entro no Ambulatório, já tem algumas pessoas sentadas com espaçamento, então cumprimento como de costume as outras pessoas e funcionário, me é pedido para assinar o papel e que eu aguarde lá fora da sala, em razão de protocolo da COVID. A consulta foi como de costume, mas avisaram que a realização de exames não seria interrompido por determinação da gerência para priorizar o atendimento aos pacientes acometidos pelo corona. (Diário, 2020)

Nesse período mais crítico da COVID os serviços de saúde se concentraram majoritariamente no atendimento aos casos ligados à doença e todo os recursos humanos, materiais e financeiros dos equipamentos de saúde foram concentrados para este fim. Com isso, o serviço ambulatorial foi quase interdito, pois a maioria dos funcionários foi “transferida” para atender às demandas maiores do hospital em detrimento das transespecíficas no Ambulatório. Por um período as consultas presenciais foram interrompidas, porém em razão das queixas das pessoas usuárias, por exemplo, para obter receita de hormônios, o médico passou a prescrevê-las e a pessoa pegava presencialmente na recepção. O que garantiu a resguardo de contágio por parte do médico, porém com a ida até a recepção do hospital a pessoa usuária continuou em risco de contágio pelo corona..

Durante esse atravessamento existencial em razão da COVID outra limitação que surgiu foi em acessar o equipamento como novo usuário, pois não se abriu nenhum novo prontuário nesse período, ficando as pessoas trans “novatas” sem acesso a uma política de saúde disponível. Até mesmo procurando profissionais particulares essa população relata encontrar dificuldade em conseguir liberação de receita, pois os médicos impõem o pré requisito de laudo psicológico e psiquiátrico para tal prescrição.

Com a gravidade e extensão de período da doença, o Conselho Federal de Psicologia, por exemplo, publicou uma nova Resolução (Nº 04/2020)^{XXII} flexibilizando o atendimento psicológico online e orientando sobre as principais dúvidas da categoria. Com o isolamento social cada vez mais imperativo no cotidiano, muitos aderiram à psicoterapia por meio on-line, via vídeo-chamada, troca de mensagens escritas ou por áudio. E desse modo, virtualizou-se cada vez mais os atendimentos médicos, graças às tecnologias.

Mas esta realidade parece não ter chegado ao nosso cotidiano. Experienciamos um total ostracismo à política realizada através do Ambulatório. Quando questionado a resposta que recebíamos era “são ordens superiores”. Como se não houvesse espaço para decisão, criação ou formulação de novos modos de fazer e permanecer com as “portas abertas”.

Notadamente vimos o Estado exercendo controle sobre os corpos e gêneros autorizando e desautorizando procedimentos, negando ou concedendo o direito à saúde, à dignidade, à vida em sociedade. É explícita a marginalização e aniquilamento social, estatal e cultural das pessoas trans em nossa nação brasileira. Afinal, estamos no país que mais mata pessoas trans em todo globo

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

terrestre e permanecemos neste topo há 13 anos^{XXIII}, imersos em uma nuvem de invisibilização e por conseguinte impunidade.

O Estado sequer possui estatísticas formais para mapear e quiçá traçar estratégias e políticas de combate à violência e promoção dos Direitos Humanos para essa minoria. Quando se procura por dados e informações sobre as condições de vida das pessoas trans encontramos estudos e pesquisas realizadas por integrantes de Movimentos Sociais e pesquisadores da Diversidade Sexual e de Gênero, produzidos, sobretudo, pela própria população LGBT+, o que revela que as instituições governamentais nem a sociedade cis-hétero em sua maioria está preocupada em identificar, mapear e implementar políticas em prol do respeito, inclusão e não-discriminação dos dissidentes de gênero em nosso país.

Esse silêncio e ocultamento das existências trans, entretanto, não sinalizam ingenuidade nem desconhecimento da importância da cidadania para esse grupo, mas, sobretudo, se constitui como política de controle social e aniquilamento e morte dessa minoria, que diuturnamente luta para exercer sua cidadania e seus direitos como qualquer outra/o cidadã/o^{XXIV}

Se a existência trans não é tolerada no meio social, todas outras dimensões a ela associadas também são negadas, a exemplo da educação, em que estima-se que 82% das pessoas trans e travestis tenham abandonado os estudos ainda na educação básica^{XXV}. Assim, restam as ruas como espaço para sobrevivência e não raro, sem estudos e sem oportunidades de trabalho formal, elas se lançam no trabalho sexual para continuar existindo (90% delas têm a prostituição como única fonte de renda^{XXVI}).

Com a pandemia do coronavírus, a vulnerabilidade das vidas trans ficaram escancaradas ao evidenciar que o isolamento social e rituais de higienização não são para a maioria da população, especialmente esta, que antes mesmo dessa crise sanitária já experimentava na própria pele os processos de exclusão e marginalização que a sociedade impõe. Em outro dia circulando pelos arredores do Ambulatório enquanto esperava atendimento ouvi uma trava desabafar com outra “Como é que eu vou ficar em casa, longe de tudo se é na rua que eu faço meu aquê, mulher? Eu to atrás de tirar meu benefício pra vê se ajuda. Tá difícil a rua” (Diário, 2020)

Ela falava e gesticulava com intensidade, parecia muito angustiada. O benefício ao qual ela se referia foi o Auxílio Emergencial, programa disposto pelo Governo Federal para os mais vulneráveis, como trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no sentido de amenizar os impactos econômicos causados pela COVID-19. De fato, questionamentos como “Como vou iniciar ou manter a hormonioterapia e demais cuidados médicos relativos ao processo transexualizador se os hospitais estão agonizando? Como acessar os benefícios financeiros governamentais quando não se tem cadastro nos programas ou a possibilidade de atualizar o mesmo, como por exemplo o CADÚnico, que em alguns CRAS da cidade ficou um tempo inoperante?

Nesse contexto pandêmico, outro (des)caminho experienciado pelos homens trans em processo de hormonização foi o aumento exponencial da medicação amplamente utilizada e receitada pelos usuários do Ambulatório TT paraibano.

Semana passada comprei minha t por R\$44,55 (quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) e agora os meninos estão falando que foram à farmácia e está mais de R\$200 (duzentos reais) e que disseram que os novos lotes estão vindo nesse valor. Não é possível que de uma semana para outra um medicamento que custava na faixa dos R\$50 (cinquenta reais) agora vá ser vendido por R\$200 (duzentos reais) em média. Isso significa que o valor triplicou e representa mais ou menos um aumento de 400% !!! Abri o site do Reclame

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

Aqui para denunciar tal abuso e já há diversas reclamações no site sobre o mesmo assunto. O mais ridículo é que o laboratório dá a mesma resposta de m** automática para todo mundo afirmando que “os preços máximos praticados por toda a indústria farmacêutica no Brasil seguem as regulamentações vigentes”. Não há nenhuma justificativa plausível sobre o aumento abusivo e súbito do produto. Isso só me faz pensar que, para além do “tipo primário” de pacientes (cisgêneros) que por deficiência de produção de testosterona pelo organismo faz uso da droga, o laboratório identificou um segundo público alvo, ou seja, pessoas dissidentes de gênero, que têm cada vez mais se afirmado socialmente e buscado reposição hormonal para a transformação do corpo; e desse modo subiu o preço exponencialmente para lucrar ainda mais em cima da dignidade humana alheia e ainda conseguir ser transfóbica, pois o aumento gritante faz com que muitos desistam de comprar, e isso pra mim é transfobia, é fazer com que uma possibilidade deixe de ser possível para nós..Algo que era acessível deixa de ser. E agora? Muitos já estão falando que vão abandonar o tratamento. Eu penso que espaçar as doses seja uma saída. Não sei. Estou em choque.(Diário, agosto 2022)

Logo em seguida, setembro de 2022, a farmacêutica EMS entrou com uma liminar que foi deferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF-1 e resultou no aumento de 380% do preço comercializado da medicação supracitada^{XXVII}. Na ocasião, alegaram que o valor praticado no mercado estava defasado, que não se alterou desde seu registro sanitário em 1992, no que a argumentação teve acolhida pelo judiciário. Alteração que afetou diretamente a qualidade de vida de homens cis e dissidentes de gênero, que dependem do medicamento e que necessitam interromper ou diminuir a dose em razão de restrição financeira para adquirí-lo.

Nesse sentido, a discussão que Butler^{XXVIII} traz, em “Vida Precária: Os poderes do luto e da violência”, a partir do ataque de 11 de Setembro nos ajuda a pensar, entre muitas problemáticas, que toda vida traz em sua natureza a precariedade, no sentido de que depende de outras pessoas para desenvolver-se enquanto humano, porém a distribuição global dessa precariedade é hierarquizada e incide sobre determinadas vidas com maior força. Podemos perceber isso quando observamos a vida social de pessoas pretas, LGBTQIAPNB+, pobres, periféricas, etc. Todos esses marcadores sociais trazem a marca da diferença.

Assim, a autora também discute que nossa relação com o Outro - este entendido como um ser diferente de mim - se dá pelas identificações ou não com ele. Se nos constituímos enquanto sujeitos humanos a partir do reconhecimento do Outro marcado pela diferença entre mim e ele então toda existência que meu olhar não possa capturar ou reconhecer automaticamente deixa de existir. Nesse cenário, a sociedade constrói demarcadores para enquadrar as existências que possam ser contidas nela, e dessa forma, as vidas trans estão às margens dessa normatividade, logo fora do reconhecimento de uma vida humana vivível e digna. Aliás, essas existências sequer chegaram ao patamar de humano e assim toda violência sofrida apresenta-se como reforço da norma e aniquilamento da tentativa de aparecimento de vida que rompe com as fronteiras do que é ser humano.

Nesse estado de morte pode-se dizer que não há violência e nem luto se essas existências não são consideradas vidas, nem humanas. No cotidiano, a título de exemplificação, podemos pensar nas práticas em serviços de saúde que reiteram esse status de existência morta, como quando o uso do nome social não é respeitado nos registros de protocolos e/ou no atendimento; como quando exames hormonais ou reprodutivos são negados por falta de destinação de verbas e/ou restrição dos sistemas de informação que rejeitam a incongruência entre sexo biológico e gênero das/dos pacientes e tantas outras situações que ferem a cidadania e direitos delas/es.

Podemos pensar que a cidadania é muito mais que apenas usufruir de direitos, mas para além disso ela possibilita às pessoas serem agenciadoras da criação deles^{XXIX}. Para esta autora a cidadania pode ser entendida em termos de direitos civis, políticos e sociais. Pensá-la dessa forma

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

faz sentido em nosso contexto atual, aliás, definir o que é cidadania está muito ligado ao tempo histórico vivido e o que se quer significar como cidadã/o. Importante ressaltar que historicamente o status de cidadã/o era para poucos (basicamente para homens e brancos), e grande parte da população sequer possuía direitos à participação popular, como o direito ao voto, a criação de leis, etc.

Dessa forma, pode-se dizer que o sentido primário que tem-se em mente quando se fala em cidadania remonta à Grécia e à participação na pólis, saindo da Antiguidade e chegando a Modernidade esse conceito se associou à ideia de conquistas sociais, que iniciaram-se com os ideais da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade), passando no século XX em diante para um entendimento muito próximos com os Direitos Humanos^{xxx}

Diante do exposto, o presente trabalho pretende pensar a cidadania numa concepção alinhada com a Covre e como também Jucá defende partindo da ideia de que ser cidadã/o é participar e contribuir com processos democráticos e populares, ou seja, “consiste no processo de atuação do povo na esfera pública de um Estado; nas instâncias de poder, seja por meio da ação conjunta nos processos decisórios, seja por intermédio do planejamento e da atividade fiscalizadora”^{xxxI}. Aqui então, pode-se pensar a atuação no sentido do voto obrigatório, mas também a partir de processos voluntários, como as ações e controle social a partir de movimentos sociais.

Como por exemplo, pudemos observar, em junho de 2022, uma movimentação coletiva diante do sucateamento do equipamento ora citado e ausência de dispensação de hormônios pelo SUS, que motivou um grupo de usuários/as do serviço ora citado a endereçar ofício ao Conselho Estadual LGBT da Paraíba denunciando o sucateamento do Ambulatório e solicitando providências a serem tomadas. Durante o mesmo ano houveram cumprimento de alguns dos requerimentos feitos. Outros ainda estão em fase de negociação e disputa para conquistá-los.

Considerações Finais

As narrativas, fragmentos de diários, percepções acerca da realidade vivenciada, observações realizadas, enfim todo o material que aqui foi trazido para debate faz parte do que poderíamos chamar de percurso metodológico para aproximar do campo ora estudado, analisado e, sobretudo, experienciado a partir de contatos pessoais do pesquisador com o ‘lócus’ de sua investigação, que não seguiu a lógica do distanciamento dele, nem objetivou “responder” questões previamente elaboradas para atender aos objetivos e chegar a conclusões previamente postuladas.

Pelo contrário, cabe ressaltar que o estudo aqui proposto buscou se afastar do modelo positivista em que se defende que é necessário ter e manter uma distância, estranhamento e objetividade com o campo o qual se estudará a fim de garantir o caráter científico do estudo; e se desenhou a partir de uma perspectiva nomeada pesquisa situada. Com isso não abrimos mão do rigor científico nem de suas estratégias que o caracterizam, pelo contrário, talvez até tenha sido necessário uma postura mais atenta para essas nuances, pela proposta despojada e ousada de construir um caminho e maneira de conhecer o campo analisado e discutir sobre ele^{xxxII}

Vale salientar que os “resultados” aqui discutidos podem ser considerados “parciais”, tendo em vista o objetivo inicial de abordar sobre itinerários experienciados no Ambulatório TT em tempos coronavírus; mas faz parte de uma pretensão maior que é compreender diversas experiências compartilhadas nesse micro espaço, seja na posição de pessoa usuária, seja na de

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

profissional integrante da equipe multidisciplinar do equipamento, no sentido de (re)pensar para quem é destinado e como é operacionalizado esse serviço público.

Nesse sentido, o estudo proposto esteve circunscrito dentro de um conhecimento localizável, parcial, crítico, como Haraway afirma estar “apoiado na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia”^{xxxiii}. De modo que, permitiu e validou o que o subalterno tem a dizer, tomando sua posição apoiada nas experiências como lugar de referência, mas estando atento a considerá-lo como conhecimento situado e corporificado na experiência, e por isso, aberto a críticas, reinterpretações e avaliações semiológicas e hermenêuticas, pois não é um saber pretensioso de neutralidade nem objetividade, mas um saber (des)construído, experienciado e compartilhado com outras pessoas participantes do campo-tema na cotidianidade dos micro-lugares em que circulam^{xxxiv}

Ademais, a perspectiva aqui adotada também se apoiou na epistemologia transfeminista, no sentido de que “ao argumentar que a ciência, o método e a realidade são, de fato, criacionismos sociais, então toda perspectiva feminista não passa também de uma ficção, de uma narrativa a partir de uma perspectiva própria”^{xxxv}.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, assim como Brandão^{xxxvi}, também me posiciono ética e epistemologicamente a partir do lugar de homem trans, que vivencia seus processos de afirmação de gênero, de modo a romper com um “cistema” que nos aprisionou ao longo do tempo como categoria-objeto, mas que hoje é possível falar de políticas para nós, sobre nós e por nós mesmos; colocando em evidência as experiências identificadas, que demonstram a multiplicidade de modos de ser e estar no mundo de pessoas trans, que inauguram novas possibilidades de subjetividades, não homogeneizantes e que rompem com perspectivas patologizantes.

Notas

^I Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba, na linha de concentração Territórios, Direitos Humanos e Diversidades Socioculturais, sob orientação do Dr. Antônio Manoel Elíbio Júnior. Este trabalho foi financiado pela CAPES. E-mail: ricardo.psi@outlook.com.

^{II} Professor Adjunto 3 do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (2006) na área de concentração Política, Memória e Cidade.

^{III} (PAHO, 2022, 2023).

^{IV} A fala na íntegra está presente neste vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=KGACSGIToUk>

^V (DANTAS, 2022).

^{VI} (Silva, 2019, p. 310).

^{VII} (SANTOS; OLIVEIRA¹; OLIVEIRA-CARDOSO, 2020).

^{VIII} Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans (transexuais e transgêneros), e demais pessoas que destoam da cis-heteronormatividade e do binarismo de gênero.

^{IX} Mbembe (2016).

^X Butler (2020)

^{XI} Santos, Oliveira e Oliveira-Cardoso (2020)

^{XII} (FOUCAULT, 1988).

^{XIII} (BENTO, 2008, p. 24-25).

^{XIV} (BENTO, 2008).

^{XV} Foucault, 1988 (p. 65)

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

^{xvi} (MOREIRA; MARCOS, 2019).

^{xvii} (MOREIRA; MARCOS, 2019).

^{xviii} Rotterdam (2007)

^{xix} Mello Neto (2014)

^{xx} (BENTO, 2008, BUTLER, 2009)

^{xxi} (ERTHAL, 2004)

^{xxii} (CFP, 2020). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-do-cfp-orienta-categoria-sobre-atendimento-on-line-durante-pandemia-da-covid-19/>

^{xxiii} (TGEU, 2021)

^{xxiv} (AMARA MOIRA et al, 2017).

^{xxv} (ALMEIDA, 2016).

^{xxvi} (ANTRA, 2019).

^{xxvii} (LUCCA, 2022). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/09/preco-de-remedio-usado-para-hormonizacao-com-testosterona-aumenta-380.shtml>

^{xxviii} Butler (2020)

^{xxix} (COVRE, 2010).

^{xxx} (SILVA, 2019).

^{xxxi} (JUCÁ, 2007)

^{xxxii} (VAZ, 2015)

^{xxxiii} (1995b, p.24).

^{xxxiv} (SPINK, 2003).

^{xxxv} (BARBOSA, 2020, p.05).

^{xxxvi} Brandão (2021).

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Aline. Evasão entre travestis é bem maior. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 6 maio 2016. Disponível em: <<https://www.diariodecuiaba.com.br/cidades/evasao-entre-travestis-e-bem-maior/490505>>. Acesso em 28 mar. 2022.

ANTRA, 2020. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em <antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em 27 abr. 2022.

ANTRA. 2021. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag. 2022. Disponível em <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso em 12 maio 2022.

ANTRA. Boletim nº 05/2020. **Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020**. 2020. Disponível em <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-5-2020-assassinatos-antra.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2022.

ANTRA. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2022**. PDF, 2023. Disponível em https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/dossie_antra-2023.pdf. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

APARICIO-GARCÍA, Marta Evelia; DÍAZ-RAMIRO, Eva Maria; RUBIO-VALDEHITA, Susana; LÓPEZNÚÑEZ, María Inmaculada. GARCÍA-NIETO, Isidro. Health and well-being of cisgender, transgender and nonbinary young people. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 15, n. 10, p. 1-11, 2018.

BENTO, Berecine. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em 20 abr. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 457, de 19 de agosto de 2008**. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html>. Acesso em 20 abr. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: Os poderes do luto e da violência**. Trad. Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nova Resolução do CFP orienta categoria sobre atendimento on-line durante pandemia da Covid-19**. CFP, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/nova-resolucao-do-cfp-orienta-categoria-sobre-atendimento-on-line-durante-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em 20 abr. 2022.

DANTAS, Alessandra. **Situação da pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo é objeto de análise no Conexões**. Universidade Federal de Minas Gerais. 25 de abril 2022. Disponível em <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/situacao-da-pandemia-de-covid-19-no-brasil-e-no-mundo-e-objeto-de-analise-no-conexoes>>. Acesso em 26 de abr. 2022.

ERTHAL, Tereza Cristina. **Psicoterapia Vivencial: uma abordagem Existencial em Psicoterapia**. São Paulo: Livro Pleno, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. Ed. Trad. Maria Thereza C. A. e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

GOMES, H. V.; DE JESUS, L. A. .; DA SILVA, C. P. G. .; FREIRE, S. E. de A.; DE ARAÚJO, L. F. Suicídio y población trans: una revisión de alcance. **Ciencias Psicológicas**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e-2501, 2022. DOI: 10.22235/cp.v16i1.2501. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/cienciaspsicologicas/article/view/2501>. Acesso em: 8 feb. 2023.

JUCÁ, Roberta Laena Costa. **O direito fundamental à participação popular e a consolidação da democracia deliberativa na esfera pública municipal**. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, 2007.

LUCCA, Bruno. **Preço de remédio usado para hormonização com testosterona aumenta 380%**. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 30 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/09/preco-de-remedio-usado-para-hormonizacao-com-testosterona-aumenta-380.shtml>. Acesso em 16 jun. 2023.

MARCOS, Moreira Cristina; MOREIRA, Euza Aparecida da Silva. Breve Percurso Histórico Acerca da Transexualidade. **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 2, p. 593-609, 2019.

MARSHALL, B. D., Socías, M. E., Kerr, T., Zalazar, V., Sued, O., & Arístegui, I. (2016). Prevalence and correlates of lifetime suicide attempts among transgender persons in Argentina. *Journal of homosexuality*, 63(7), 955-967. <https://doi.org/10.1080/00918369.2015.1117898>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016.

MELLO NETO, José Baptista. **Políticas Educacionais, Direitos Humanos e Diversidade Sexual: há lugar para LGBT na Educação?** Tese de Doutorado (Doutoramento em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MOIRA, Amara; NERY, João W; ROCHA, Márcia; BRANT, T. **Vidas Trans: A coragem de existir**. Bauru – SP: Astral Cultural, 2017.

NERI, Marcelo. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia**. Rio de Janeiro: FGV Social. 2021.

PAHO, 2022. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 07 Abr. 2022.

ROCON, Pablo Cardozo; KALLEN, Dettmann Wandekoken; BARROS, Maria Elizabeth; DUARTE, Marco José Oliveira; SODRE, Francis. **Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2020.

(DES)CAMINHOS NA JORNADA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO: ITINERÁRIOS TRANS EM TEMPOS DE COVID-19

OLIVEIRA, R. A. Q. O.
JÚNIOR, A. M. E.

ROTTERDAM, Erasmo. **Elogio à Loucura**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

SANTOS, Manoel Antônio; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes. Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-19, 2020.

SILVA, Carolina Thadeu Mello. **A construção da cidadania no Brasil**: Histórico, desafios e caminhos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal Fluminense, 2019.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luíza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educação em Direitos Humanos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

Staples, J. M., Neilson, E. C., Bryan, A. E., & George, W. (2017). The role of distal minority stress and internalized transnegativity in suicidal ideation and nonsuicidal self-injury among transgender adults. *The Journal of Sex Research*, 55(4), 591-603. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1393651>

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. . Corpo e Negacionismo: a Novilingua do Fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2019. DOI: 10.34019/2594-8296.2019.v25.28162. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28162>. Acesso em: 6 fev. 2023.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 Ed. São Paulo: Polis, 1987.

Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) c /o Transgender Europe (TGEU). **Trans Murder Monitoring**. Kiefholzstr. 212435 Berlin, Germany. 2021. Disponível em < <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/> >. Acesso em 07 de abr. 2022.

VAZ, R. O. F. Redução de Danos, política do comum, invenções de um cuidado de si: uma cartografia do Centro de Convivência É De Lei. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2015. 139 p.